

1 **DSecretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**
3 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -**
4 **Palácio das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**



8 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**
9 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA CEAS/PR – 2 E 3 DE AGOSTO DE 2012**
10 **Nº 007/2012**

12 Aos três dias do mês de agosto do ano de 2012, às 8h30 minutos, em primeira convocação e às 9h00 com
13 qualquer número de Conselheiros presentes, no auditório do 7º andar da Secretaria de Estado da Família e
14 Desenvolvimento Social – SEDS, localizada no Palácio das Araucárias à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº –
15 Centro Cívico em Curitiba-PR, realizou-se a Assembleia Ordinária do **Conselho Estadual de Assistência**
16 **Social- CEAS/PR**, para a qual os Conselheiros foram previamente convocados. Fizeram-se presentes os •
17 **Conselheiros Governamentais:-** Ana Maria Macedo (SEDS), Moises Moura Saura (PGE), Sandra Regina
18 Costa (SETI), Delvana Oliveira (SEED), Eunicia Aparecida Lohn (SEJU), Rodrigo Auffinger (COHAPAR), Noemi
19 Esther Brittes (SESA), **Rosangela** Heinz Gavinho Ferraz e Evandra Suzane Bazzo (SEPL), Marli Aparecida
20 Batista Vaz Mussolin (SETS), Mara Cristina Ferreira e Neiva Hack (SEDS), Letícia Reis e Nircélio Zabot
21 (SEDS), Larissa Tissot e Marcela Evangelista (SEDS), Gladys Tortatto (SEDS), Mariluz Zanin Petry (SEDS). •
22 **Conselheiros da Sociedade Civil Organizada:-** Pedro Lirio Hofmann (Associação de Moradores de
23 Encantado do Oeste), Flávia César Brinkmam (Conselho Regional de Serviço Social- CRESS 11ª Região),
24 Daiana Sprada (Ação Social do Paraná – ASP), Inês Roseli Soares Tonello (Associação de Pais e Amigos dos
25 Excepcionais- APAE), Plínio Marcondes Madureira (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE),
26 Ataíse de Lima Vilas Boas Maroneze (Núcleo Regional de Serviço Social- NUCRESS), Adriana Cristina de
27 Lima (Conselho Regional de Serviço Social- CRESS 11ª Região), Artur dos Santos Andrade (Núcleo de Ação
28 Solidária a AIDS- NASA), consultores e ouvintes. Como é de praxe, os componentes das Câmaras Temáticas
29 tiveram suas respectivas reuniões de trabalho, realizadas no dia anterior (02/08) à Assembleia Ordinária.
30 Na manhã do dia 3 de agosto de 2012, o grupo de Conselheiros que compõe o CEAS, presenciou a abertura
31 da sua reunião mensal, dessa vez executada pela Secretária Executiva dos Conselhos, assistente social
32 Helena Navarro Gimenez. Amparada pelo Regimento Interno, os Conselheiros foram convidados a indicar a
33 Presidência e Vice do CEAS, para o Biênio 2012/2013. Expressando-se em nome do Grupo Governamental,
34 a **Conselheira Rosangela G. Ferraz (SEPL)** informou que por decisão unânime apontou-se o nome da
35 **Conselheira Ana Maria Macedo**, Assessora Técnica da SEDS, para exercer a função de Presidente do
36 CEAS. Por sua vez, o **Conselheiro Pedro Hoffmam**, representado o grupo de Conselheiros da Sociedade
37 Civil Organizada, manifestou a indicação da **Conselheira Inês Roseli Tonello** (Regional de Francisco
38 Beltrão) para assumir a Vice-Presidência desse Colegiado, no período 2012/2013. Isso posto, as
39 Conselheiras foram consideradas devidamente empossadas, sob aplausos. Exercendo a sua nova função, a
40 **Conselheira Presidente Ana Maria Macedo (SEDS)** cumprimentou a todos, agradecendo a seus pares
41 pela anterior aclamação. Já nesse primeiro momento, apontou que o Regimento Interno determina um
42 quórum de 2/3 de Conselheiros na 1ª convocação e maioria absoluta para apreciação de matérias
43 referentes a orçamento. Apelou para o conhecimento do Conselheiro Procurador do Estado **Dr. Moisés**
44 **Moura Saura**, presente no Plenário, para dirimir as possíveis dúvidas. Oficializando a questão o Sr.
45 Procurador, ao ter ciência da questão apresentada, considerou que é necessário mesmo um quórum de 2/3
46 em primeira convocação e metade na 2ª, para o Conselho deliberar sobre matérias orçamentárias. No
47 entanto, nada impede que se iniciasse a Assembleia com outros assuntos e quando for proposta matéria
48 de Fundo, faz-se uma revisão do quórum. Foi dito pela **Presidente Ana Maria** que a 1ª convocação deu-
49 se às 8h30 minutos e a 2ª ocorreu às 9h00. Nesse momento já se conta com a maioria absoluta de
50 Conselheiros, assim partiu-se para a sequência normal, com apreciação da pauta e da ata. Após um

50 pequeno intervalo, segue-se com outra verificação do quórum. • **Apreciação da pauta** – com as possíveis
51 inclusões solicitadas. • **1ª)** Após o item nº 8, acrescentar o Ofício nº 05 procedente da Pastoral da Criança,
52 trazendo o pedido de afastamento provisório do **Conselheiro Vanderlei**, da Regional de Cascavel. • **2ª)**
53 Incluir os informes referentes às capacitações que o Estado promoverá no 2º Semestre (Conselheira Mara).
54 • **3ª)** Inclusão dos informes sobre Capacitação do Bolsa Família (Conselheira Roseli). • **4ª)** Relato sobre a
55 Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (**Conselheira Larissa**). • **5ª)** Comunicada
56 a substituição da **Conselheira Rosângela (SEPL)** em parte dessa plenária, pela sua Suplente Evandra,
57 tendo em vista uma reunião de trabalho. Tão logo chegasse, a Conselheira Rosângela iria se retirar. •
58 **Aprovada a pauta do dia, com as inserções solicitadas.** • Na sequência, foi explicitado pela
59 **Conselheira Presidente Ana Maria**, que os representantes do **PARANACIDADE** foram convocados, com
60 o objetivo de prestar os esclarecimentos solicitados sobre CRAS. Dessa forma, ao chegarem, a Assembleia
61 deverá ser interrompida. • **Apreciação da Ata- Aprovada.** • **Informe da Secretária Executiva** –
62 Secretária Executiva Helena (SEDS) **1)** No dia 26/07 a Conselheira Sandra, da SETI, encaminhou
63 justificativa de ausência na reunião da Comissão no dia 02/08, período da tarde. **2)** No dia 26/07, a
64 Conselheira Aparecida encaminhou justificativa de ausência pois a mesma terá uma Audiência que já
65 estava anteriormente agendada. **3)** No dia 30/07 a Conselheira Carolina encaminhou justificativa da sua
66 ausência e de seu suplente, considerando os compromissos de trabalho. **4)** No dia 31/07 a Conselheira
67 Gislaine justificou ausência na reunião ordinária, colocando sobre as dificuldades financeiras em adquirir a
68 passagem terrestre, para posterior ressarcimento. **5)** No dia 02/08 foi recebido o ofício da entidade Nosso
69 Lar, com pedido de recurso de cancelamento de inscrição da referida entidade, no CMAS de Foz do Iguaçu.
70 **6)** no dia 01/08 foi recebido o ofício nº703/2012 da Secretaria de Ação Social de Ortigueira, sobre o não
71 aceite da Expansão 2012 do MDS. **7)** No dia 02/08 o Conselheiro Rodrigo da COHAPAR justificou ausência
72 na reunião das Comissões, por conta de compromisso de trabalho. Na continuidade, a **Conselheira**
73 **Gladys Tortato (SEDS)** informou sobre o planejamento de capacitação (PAIF), destinada aos técnicos dos
74 Escritórios Regionais da SEDS, dividindo-a em duas etapas, a saber:- 12 deles estarão reunidos em
75 Curitiba, nos dias 6 e 7 de agosto e mais 12 Escritórios serão sediados em Foz do Iguaçu, nos dias 8 e 9 de
76 setembro. A parceria trará técnicos do MDS- Proteção Social Básica. Nesse momento, pediu a palavra a
77 **Coordenadora Mara (Proteção Social Especial – SEDS)**, informando sobre a realização de projeto de
78 capacitação sobre CREAS e medidas sócio-educativas, em Foz do Iguaçu na última semana de agosto e
79 Curitiba e Londrina, na 1ª semana de setembro, envolvendo 500 técnicos. Conclamou os Conselheiros para
80 sensibilizarem as suas regiões, no sentido de se obter uma maior adesão. O próximo assunto abordado foi
81 a capacitação sobre o Programa Família Paranaense, abrangendo os 30 municípios prioritários e mais os
82 outros 120 que aderiram a essa ação. Ponta Grossa, Cascavel e Maringá sediarão os eventos. Qualificando
83 as iniciativas, a **Conselheira Roseli Tonelo** (Regional de Francisco Beltrão) destacou a sua participação e
84 do **Conselheiro Plínio**, na capacitação do Programa Bolsa Família. Manifestou elogios aos **Conselheiros**
85 **Nircélio e Delvana**, pelo momento ímpar e clareza das informações. Garantiu ter sido gratificante estar
86 entre os 3 entes Federados, entre MEC e Secretarias. A **Presidente Ana Maria** julgou oportuno também
87 estender agradecimentos e elogios aos **Conselheiros Nirélio e Delvana**, pelos esforços dispendidos no
88 desenrolar dessa ação. Além disso, é sempre agradável receber espontaneamente um belo retorno, fruto
89 de um trabalho realizado com comprometimento. A união de forças é mais do que necessária, já que o
90 Governo nada faz sozinho. Nesse momento, a **Conselheira Mariluz Petry** justificou a sua ausência, nas
91 atividades das Comissões no dia anterior. Participou do Curso de Controle Social na sua Regional (Francisco
92 Beltrão), oportunidade em que detectou que dos 27 Municípios apenas 3 encontravam-se ausentes.
93 Destacou-se o clima evidenciado no encerramento do evento, com manifestações emocionadas por parte
94 dos participantes e um evento especial para os Conselheiros. Presente na abertura do conclave, a
95 **Conselheira Vice-Presidente Roseli Tonello** comprovou que a adesão na verdade foi das mais
96 expressivas. • **Relato das Comissões Temáticas** • **Comissão de Comunicação Articulação,**

97 **Mobilização RELATÓRIO:**1) - Apresentação do Projeto de Capacitação aos trabalhadores dos CREAS e
98 Programa Liberdade Cidadã (**Anexo I**). A comissão aprovou o projeto contendo: nome de curso; objetivos;
99 justificativa; público-alvo; metodologia grade programática; docentes; patamar formativo; número de
100 vagas; local de realização; inscrições; gestor do contrato; avaliação; critérios de distribuição de vagas.
101 Parecer da Comissão: Favorável. Parecer da Plenária: APROVADO o parecer da Comissão. 2) - Apresentação
102 do projeto de capacitação aos trabalhadores do SUAS- Curso Controle Social no SUAS. A comissão aprovou
103 o projeto contendo: nome do curso; justificativa; objetivos; público algo; metodologia; docentes; patamar
104 formativo; número de vagas; cronograma; local de realização; inscrições; responsáveis/parceiro; avaliação.
105 Houve ainda o retorno que foram redistribuídas as vagas remanescente chegando a aproximadamente a
106 1.700 inscritos. Parecer da Comissão: Favorável. Parecer da Plenária: APROVADO o parecer da Comissão.
107 3) - Apresentação do projeto capacitação das macro regionais do programa Família Paranaense (**Anexo II**).
108 A Comissão aprovou o projeto contendo: nome do curso; objetivo geral, objetivos específicos; justificativa,
109 público-alvo; metodologia grade programática; patamar formativo; número de vagas; local de realização;
110 inscrições; responsáveis/parceiros; avaliação; recursos; orçamento. A comissão solicitou as seguintes
111 alterações para apresentação a plenária: 14 público-alvo: Inclusão de vagas para o CEAS, sendo
112 preferencialmente: 1 vaga para governamental e 1 não governamental para cada macro regional; 6 grades
113 programáticas, carga horária; 9 local de realização; inclusão das regionais pertencentes a cada macro
114 regional; 14 orçamento: retirar tabela de orçamento. Parecer da Comissão: Favorável. Parecer da Plenária:
115 APROVADO o parecer da Comissão. 3) - Ofício nº 034/2012 do município de Tapira, informando que a
116 composição do CMAS, de 2009 a 2011, estava paritária e apresentou a composição 2012 à 2014 entretanto
117 com a ausência da representatividade da suplente Sônia Aparecida Minhaco Aoki. Encaminhamento da
118 Comissão: solicitar ao município o esclarecimento da representatividade da referida conselheira suplente.
119 Parecer da Plenária: APROVADO. - Ofício nº 031/2012 do município de Rio Bom. O município informou que
120 as pendências referidas no ofício 056/CEAS/PR já estão solucionadas e os documentos comprobatórios
121 foram encaminhados ao E. R. da SEDS/Apucarana. Parecer da Plenária: CIENTE. - Ofício nº 12/2012
122 encaminhamento da CIB sobre o município de Nova América da Colina. A CIB solicita ao CEAS que oriente o
123 CMAS de Nova América da Colina no acompanhamento do plano de providências do município.
124 Encaminhamento da Comissão: enviar ofício ao CMAS de Nova América da Colina orientando sobre a
125 necessidade do acompanhamento detalhado no ofício nº 012/2012/CIB, em como solicitar esclarecimento
126 sobre as providências e planejamento das ações a respeito do tema. Parecer da Plenária: APROVADO. 7) -
127 Ofício 029/2012 da Secretaria de Assistência Social de Adrianópolis. Resposta ao ofício 076/CEAS
128 apresentando as publicações. Encaminhamento da Comissão: Quanto a lei de criação do conselho solicitar
129 a Secretaria Executiva da CIB cópia da orientação enviada ao município. Parecer da Plenária: APROVADO.
130 Entre os diversos comentários surgidos durante a explanação desse relatório, a **Conselheira Larissa**
131 **Marsolik** considerou ser necessário garantir o apoio e parceria do Conselho nos eventos de capacitação da
132 SEDS. Como o PEC prioriza que nesses eventos o CEAS deverá estar participando com vagas, disse
133 entender que esse Conselho tem uma grande capilaridade, já que é o único Colegiado no país que tem a
134 representatividade da Sociedade Civil regionalizada. Dessa forma, interpretou que essa parceria e
135 mobilização em todos os eventos é mais do que necessária, solicitando que as considerações fossem
136 registradas em ata. Tornando efetivo o cumprimento de uma posição tomada no início da Assembleia, a
137 **Conselheira Presidente Ana Maria** propôs um rápido intervalo e uma sequente convocação para
138 mediante um quórum qualificado serem abordados os assuntos financeiros. • **Intervalo.** Nova convocação
139 constatada pela Presidência, com evidência de quórum com maioria absoluta dos Conselheiros. •
140 **Comissão de Financiamento e Gerenciamento do fundo – Relatora: Conselheira Marcela**
141 **Evangelista. RELATÓRIO:** 01 – Ofício Circular nº 35/2012 SNAS/FNAS e nº 36/2012 MDS/SNAS/DEFNAS.
142 Comunicando a transferência de recursos ao FEAS, sendo uma parcela do IGD-PBF no valor de R\$
143 63.708,66, e mais três parcelas do IGD-SUAS totalizando R\$ 116.221,92 – Ofício 35/2012. E a transferência
144 de R\$ 43.006,76 do IGD-SUAS referente ao mês de maio/2012 – Ofício n.º 36/2012. PARECER DA

144 COMISSÃO: CIENTE. PARECER CEAS: CIENTE. 02 – Relato da Comissão de Reordenamento dos Serviços de
145 Acolhimento Institucional: RELATO DIRETO PARA PLENÁRIA. PARECER DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER
146 CEAS: CIENTE. 03 – Co-financiamento de serviços de acolhimento institucional e serviços de média
147 complexidade para município e entidade. A Coordenadora da CPSE Mara Ferreira apresentou deliberação
148 para Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, no valor total de R\$
149 5.068.000,00, proveniente da Fonte 148 do FEAS, e para Serviços de acolhimento institucional para
150 portadores de transtorno mental e/ou deficiência mental, no valor de R\$ 1.4220.000,00, sendo R\$
151 1.400.000,00 do Superávit de 2011 da Fonte 257 e R\$ 22.000,00 da Fonte 148. PARECER DA COMISSÃO:
152 APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. 04 – Retorno dos projetos de aquisição de veículos, computadores
153 e impressoras dos 30 municípios prioritários do Programa Família Paranaense. Retorno dos projetos de
154 aquisição de veículos, computadores e impressoras dos 30 municípios prioritários do Programa Família
155 Paranaense. Apenas 11 municípios conseguiram receber, os demais não obtiveram certidões necessárias, o
156 que deverá ocorrer após o término do impedimento pela Lei Eleitoral. Tendo sido cumpridas todas as
157 formalidades legais, a Comissão sugere que sejam referendados os 11 projetos apresentados pela técnica
158 da UTFP Paula Calsavara, são eles: Barbosa Ferraz, Cerro Azul, Cruz Machado, Mandirituba, Mangueirinha,
159 Prudentópolis, São Jerônimo da Serra, Teixeira Soares, Tomazina, Turvo, Wenceslau Braz, PARECER DA
160 COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. 05 – Indicação do Conselheiro para assinatura dos
161 Planos de Aplicação do Programa Família Paranaense. Fica mantida a Conselheira Governamental Gladys
162 Maria Tortato e a Conselheira Não-Governamental Titular ou Suplente representante da região de Cornélio
163 Procópio, para assinar os 19 convênios restantes do Programa Família Paranaense. A Comissão sugere que
164 o CEAS, através da SEC, encaminhe uma consulta ao NJA sobre a obrigatoriedade da assinatura dos
165 Conselheiros no Plano de Aplicação, após aprovado em Plenária. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO.
166 PARECER CEAS: APROVADO. 06 – Balancete de Julho 2012: A técnica Marcela apresentou o Balancete de
167 Julho das Fontes do FEAS para ciência. PARECER DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER CEAS: CIENTE. 07 –
168 Utilização de recursos do IGDESUAS para aquisição de softwares para Vigilância Social e Monitoramento:
169 Utilização de recursos do IGDESUAS para aquisição de softwares para Vigilância Social e Monitoramento,
170 no valor de até R\$ 469.131,64. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. 09 –
171 Demonstrativo Sintético de Execução Físico Financeiro do SUAS. Apresentação do Demonstrativo pela
172 Técnica Marcela Divair Martins Evangelista. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS:
173 APROVADO, e que o saldo da PSE no valor de R\$ 38.556,73 seja usado nos convênios da CPSE. 10 – Plano
174 de Ação de 2013. Apresentação do Plano de Ação de 2013 pela Técnica Marcela Divair Martins Evangelista,
175 no valor de R\$ 77.586.600,00. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO, COM 14
176 VOTOS A FAVOR, 7 CONTRÁRIOS E 1 ABSTENÇÃO. 11 – Co-financiamento para implementação dos
177 serviços de proteção e atendimento integral à família. A Coordenadora da CPSB Gladys Tortatto apresentou
178 deliberação para implementação dos serviços de proteção e atendimento integral à família, no valor total
179 de R\$ 3.120.000,00, proveniente da Fonte 148 do FEAS. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER
180 CEAS: APROVADO. 12 – Recursos de Acolhimento para Acridas. A Coordenadora da CPSE Mara Ferreira
181 apresentou projeto da entidade ACRIDAS para atendimento de 17 crianças/adolescentes remanescentes de
182 Abrigos Oficiais do Estado, no valor de R\$ 268.380,00, da Fonte 147. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO.
183 PARECER CEAS: APROVADO. 13 – Recursos para Construção de CRAS. A Coordenadora da CPSB Gladys
184 Tortatto apresentou deliberação para Construção de 06 CRAS, nos municípios remanescentes da
185 Deliberação 15/2011, no valor de R\$ 2.133.000,00, da Fonte 147. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO.
186 PARECER CEAS: APROVADO. 14 – Repasse de Recursos para estruturação de CRAS dos 30 municípios
187 contemplados pela Deliberação 005/2012. A técnica da UTPFP apresentou deliberação para estruturação
188 de CRAS referenciados ao Programa Família Paranaense nos 30 municípios contemplados pela Deliberação
189 005/2012, no valor de R\$ 789.990,00, da Fonte 148. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO, com voto
190 contrário da Conselheira Não-Governamental Flávia Leite da Silva Souza, quanto ao repasse contemplar

191 novamente aos 30 municípios que assinaram a adesão. PARECER CEAS: APROVADO, 18 votos favoráveis,
192 01 contrário e 03 abstenções. Parecer da Plenária: APROVADO o relatório da Comissão. **Finalização- •**
193 **Aprovado** por maioria o preenchimento do Demonstrativo Sintético de Execução Físico Financeiro, com 1
194 abstenção do Conselheiro Rodrigo Baltar Auffinger (COHAPAR). • **Demonstrativo do IGDE-SUAS:-**
195 Aprovado por maioria, com **1 abstenção** do Conselheiro Rodrigo Baltar Auffinger (COHAPAR). Houve o
196 comprometimento da Secretaria Executiva em publicar a Resolução e a técnica Marcela procederá o
197 preenchimento até 31 de agosto de 2012. **As respostas aos questionamentos do Demonstrativo**
198 **Sintético de Execução Físico Financeiro estão disponíveis gravadas na fita 2 – lado A,** como
199 também do Demonstrativo do IGDE-SUAS. • **Plano de Ação para 2013** – em exposição as ações, com o
200 seu preenchimento no sistema até início de setembro (com previsões orçamentárias). De maneira
201 oportuna, o **Conselheiro Plínio** (Regional de Jacarezinho) ponderou que mesmo com os breves
202 esclarecimentos já repassados, deseja ser informado sobre os investimentos já feitos no Estado, para
203 atender os municípios mais vulneráveis. Ainda que não se tenha um nível de gestão adequado, questionou
204 a forma como foram elencados para o Programa Família Paranaense. Como efetuar a necessária
205 abordagem aos Prefeitos, para que tenham clareza do seu papel? A força do organismo estadual junto a
206 eles é de suma importância. Disse ter voltado a pensar, por exemplo, no município de Candói, que possui
207 um elevado nível de royalties. A **Presidente Ana Maria Macedo** solicitou à Coordenadora Letícia Reis
208 (Unidade do Programa Família Paranaense), para que esclarecesse as questões colocadas. Essa iniciou sua
209 fala, apontando que caberia pensar um pouco mais nos critérios de seleção já adotadas inicialmente. A
210 questão veio para debate no Conselho, na tentativa de se priorizar identificando os municípios que
211 mostrassem uma capacitação de gestão. Num primeiro momento pensou-se muito nos municípios que não
212 tinham CRAS. Ao Longo dos debates chegou-se a um consenso:- trabalhar também a capacidade de gestão
213 e o assessoramento, antes de qualquer tipo de investimento. Certos municípios não possuem CRAS, nem
214 Conselhos ou Fundo. O que se deve pensar são as estratégias necessárias, visando sanar a debilidade da
215 gestão. Por outro lado, independente do gestor, as famílias precisam ser atendidas. Exemplificou o
216 município de Candói que possui um índice de pobreza 10 vezes maior que o percentual do Estado. Mesmo
217 com os seus royalties, esse município não conseguiu superar a vulnerabilidade das suas famílias. Segundo
218 a **Conselheira Sandra** (SETI) essa preocupação do Conselheiro Plínio é plausível; esse assunto já
219 levantado desde as primeiras reuniões. Seria positivo encontrar ferramentas legais, que permitissem
220 transferir recursos do Família Paranaense para outros municípios. Sabe-se porém que incorre-se em
221 comprometimentos pois não se atendem as legislações (certidões negativas e etc). Avaliou o **Conselheiro**
222 **Rodrigo (COHAPAR)**, que não há questionamentos sobre os critérios de escolha, mas sim que a
223 transferência de renda esteja compatível pois, as famílias além de estarem em situação de extrema
224 pobreza, ainda precisam pertencer a um município que tenha capacidade de gestão, para que estejam
225 habilitadas a receber essa transferência. Isso gera uma sobreposição de critérios. Diante da questão
226 apresentada, algumas opiniões surgiram, inclusive levar ao conhecimento do Ministério Público.
227 Contribuindo para clarear o assunto, a **Coordenadora Letícia Reis** citou o pouco tempo disponível no dia
228 anterior, para discorrer sobre um programa tão complexo. Ressaltou que utilizou-se do critério de gestão
229 para escolher os 30 primeiros municípios. Paralelamente discutiu-se questões para que os demais que não
230 tivessem os critérios, pudessem receber o Programa Família Paranaense em 2013. Foram acionados os
231 Escritórios Regionais bem como as outras Políticas que atuam regionalmente, pois a meta é atingir 80%
232 dos municípios do Paraná. Referindo-se à transferência de renda, a proposta é iniciar a implantação já com
233 um número bem maior, mesmo porque as famílias precisam ser **acompanhadas** por até 2 anos. A lógica
234 demonstra claramente: os municípios que fazem a junção das ações de saúde, educação, trabalho,
235 agricultura e Assistência Social possuem mais condições de proceder esse acompanhamento. Além disso, o
236 monitoramento que resultará no acompanhamento dessas famílias possui vários indicadores , cujos
237 resultados dirão se houve diminuição dessa vulnerabilidade. Avaliando as questões, o **Conselheiro Plínio**
238 **(Regional de Jacarezinho)**, solicitou que os Conselheiros recebessem a listagem dos municípios que não

238 receberão recursos do Programa Família Paranaense. Ao mesmo tempo, pediu a palavra a **Conselheira**
239 **Atáise**, revelando a necessidade de se dispor de maiores recursos a serem destinados ao aprimoramento
240 de gestão, pois percebeu-se que uma grande parte está destinada ao Família Paranaense. Constatou a
241 **Conselheira Vice-Presidente Roseli**, que o grupo de Conselheiros da Sociedade Civil promoveu uma
242 ampla discussão sobre o assunto. Disse ser pertinente conhecer os municípios que, pela condição de
243 extrema pobreza, poderiam ser sérios candidatos a essa concessão, porém não possuem condição de
244 gestão ; por outro lado, devem ser alvo das atenções do CEAS/PR e das suas deliberações. A par disso,
245 conta-se com os municípios que atenderam os critérios exigidos: como ficará a paridade de direitos? E as
246 famílias que são penalizadas sem merecerem? Até onde todos estão cientes e preparados para dar a
247 devida resposta aos municípios que ficarão de fora? Oficializando a questão, a **Conselheira**
248 **Coordenadora Larissa (SEDS)** assegurou que em relação a esse ponto, o CEAS/PR acompanhou todo o
249 processo de formatação desses critérios, lembrando dos colegas Conselheiros que ocupavam essa mesa
250 dois ou três meses atrás (gestão anterior). Vale dizer que os 30 municípios iniciais constituem um projeto
251 piloto, pois na verdade a SEDS e o Conselho pretendem estender essa ação a todo o Estado, com esses
252 usuários atingindo patamares mínimos de civilidade, entendendo que o Programa Bolsa Família e Família
253 Paranaense são diferentes. O primeiro realiza a transferência dos recursos do Governo Federal diretamente
254 para as famílias, independente das condições de gestão dos municípios. Diferem ainda no
255 acompanhamento, execução e monitoramento. **Larissa Marsolik** demonstrou que a Secretaria da Família
256 possui receita própria que sai direto da programática da Diretoria Geral destinada a investimentos de
257 monitoramento, acompanhamento e assessoria aos municípios feitos pelos Escritórios Regionais. Tudo isso
258 engrossa de certa maneira os valores para o aprimoramento de gestão e não necessariamente esses
259 recursos estão no Fundo. Existe um outro documento já aprovado por esse Conselho, que é o **Pacto de**
260 **Aprimoramento da Gestão** que indica 12 milhões de reais, um compromisso do Estado com o Governo
261 Federal, destinados para essa ação e também para a reestruturação da Secretaria, ao longo de 4 anos. Já
262 se tem a estimativa de ter sido investido perto disso, em menos de 2 anos. A SEDS hoje está mais próxima
263 dos municípios, através dos seus 23 Escritórios Regionais, contando com uma equipe também maior. A
264 **técnica Larissa** assegurou que está prestando esses esclarecimentos, em contraponto ao recurso do
265 aprimoramento de gestão: é importante ter a certeza que o recurso de 4 milhões não resume tudo que o
266 Governo do Estado investe para o aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social. Foi a vez da
267 **Conselheira Sandra** (SETI), que considerou legítima a preocupação da Vice-Presidente Roseli. O atual
268 Governo tem trabalho com um tema novo dirigido aos gestores: trata-se de uma proposta de capacitação
269 chamada **governança**, que engloba ações que devem ser mantidas, independente do gestor que assumir.
270 O Tribunal de Contas também vem trabalhando ações, no sentido de embasar os gestores para gerir o
271 sistema público como um todo. Segundo a Conselheira, na SETI tem sido aplicada uma política que, mesmo
272 frente a tantos impedimentos, procura desenvolver projetos que beneficiem os Municípios mais
273 necessitados. Na sua vez, a Conselheira e Coordenadora da Proteção Social Básica, **Gladys Torttato**
274 expôs que essa mesma preocupação toma conta de todos:- os municípios que não possuem capacidade de
275 gestão e que não possuem CRAS. Assim, enquanto Conselho deve-se priorizar e apoiar esses municípios
276 que não conseguiram cumprir o plano de providências. Num segundo momento, tentar aplicar os recursos
277 e até 2014 fortalecer 100% dos municípios. Vale lembrar, disse a Técnica **Letícia Reis (SEDS)**, que o
278 Programa Família Paranaense não é a tábua de salvação para os municípios, nem teve discutidos ainda
279 pela coordenação os critérios para 2013. No entanto, esses mesmos critérios selecionaram os 30 primeiros
280 municípios. Os que ficaram de fora foram aqueles que não possuem CRAS, encontram-se sem Plano ou
281 equipe de trabalho, estando assim inabilitados para receber o programa. Num momento de reavaliação, o
282 **Conselheiro Plínio** disse entender que o aprimoramento de gestão passa pelos esforços estaduais.
283 Afirmou estar preocupado com a mão estendida que se deve ter para esses municípios. É patente que o
284 programa Família Paranaense deu muito certo em Curitiba, porém o Estado precisa ter a força e

285 competência para estender aos outros municípios mais carentes. Referiu-se também ao montante de
286 recursos destinados ao aprimoramento de gestão e que não passaram pelo Conselho. Compartilhando a
287 questão, a **Conselheira Presidente Ana Maria Macedo** ressaltou que a Secretaria da Família não agiu à
288 revelia do Conselho, sendo importante que a veracidade dessa informação ficasse registrada em ata. Foi
289 deixado claro que a política estadual também está sendo reorganizada, a partir do momento em que se dá
290 estrutura aos Escritórios Regionais, com novas locações de espaços e de material humano. Tais melhorias
291 sem dúvida estenderão efetivos benefícios aos municípios, lembrando que os Escritórios anteriormente
292 funcionavam ligados à Secretaria do Trabalho. Abrindo um espaço, deu-se a palavra à **Conselheira Marli**
293 **(SETS)** que enfatizou a importância das ações desenvolvidas pela sua Secretaria de Estado, no que se
294 refere a **emprego e renda**. Com 18 Escritórios Regionais espalhados pelo Estado, a SETS disponibiliza
295 também as Agências do Trabalhador, que atendem com o maior respeito aos indivíduos que lá chegam em
296 busca de um emprego. A Conselheira referiu-se ainda aos Programas Leite das Crianças e Aquisição de
297 Alimentos (PAA), concluindo que a profissionalização também é um caminho garantido para a promoção
298 humana. Nesse momento, a **Conselheira Presidente Ana Maria Macedo** interrompeu as discussões,
299 objetivando receber os técnicos do **PARANACIDADE** que, mediante convite compareceram à Assembleia
300 do CEAS/PR, para prestar esclarecimentos sobre o andamento das construções de CRAS. Dando as boas
301 vindas, a Presidente apresentou aos Conselheiros o Coordenador **Ricardo Muller**, acompanhado pelas
302 **Dras. Camila** (engenheira) e **Rosana** (advogada), todos técnicos do **PARANACIDADE**. Abrindo espaço
303 para as informações, **Ricardo Muller** relatou que atualmente das 43 obras dos Centros de Referência de
304 Assistência Social (CRAS), iniciadas 8 tiveram seus contratos rescindidos, dois estão em execução (**Mallet**
305 **e Marquinho**) e os demais foram concluídos. Daqueles cujos contratos foram invalidados, constam os
306 municípios de :- **Bom Sucesso do Sul, Foz do Jordão, Goioxim, Guaporema, Iretama, Nova Tebas,**
307 **Rondon e São Carlos do Ivaí**. As obras cujos contratos foram desfeitos, estavam todas sob a
308 responsabilidade de duas construtoras, constando várias percentuais diferenciados nesse andamento das
309 construções:- • Bom Sucesso do Sul – **49%** , • Foz do Jordão – **43%**, • Goioxim – **52%**, • Iretama – **57%**, •
310 Guaporema – **35%**, • Nova Tebas – **65%**, • Rondon – **39%**, • São Carlos do Ivaí – **33%**. Numa decorrência
311 direta, o Coordenador Ricardo Muller procurou clarear o melhor possível todas as questões: informou que
312 após a rescisão dos contratos, o próximo passo é promover um levantamento, visando descobrir se existe
313 algum saldo a pagar. Posteriormente, os técnicos do **PARANACIDADE** em conjunto com os técnicos dos
314 Municípios executam uma vistoria geral. Além do levantamento físico, é necessário também uma
315 atualização dos valores; para todas essas obras, existe um grande convênio. O passo seguinte é refazer os
316 termos de adesão firmados entre as Prefeituras, a SEDU e a SEDS. Desnecessário seria enfatizar que todos
317 esses documentos necessitam de assinaturas, com posterior publicação. Somente mediante esses passos
318 será possível dar continuidade a essas obras. A sequência desses trâmites inicia-se pelo municípios, depois
319 a SEDU e finalmente a assinatura da Secretária Fernanda Richa. Visando nortear os Conselheiros, Ricardo
320 Muller informou que nas mãos do Secretário César Silvestri (SEDU) encontram-se os termos do Municípios
321 de **Guaporema, Iretama, São Carlos do Ivaí, Goioxim e Bom Sucesso do Sul**. Já no Gabinete da
322 Secretária da Família aguardam assinaturas os documentos dos municípios de **Foz do Jordão, Rondon e**
323 **Nova Tebas**. Um vez celebrados esses termos de adesão, o **PARANACIDADE** esclarece que as licitações
324 serão realizadas pelo município; posteriormente, uma vez que o termo de adesão tenha sido assinado e
325 devidamente publicado, uma vez que se tem o levantamento dos serviços faltantes e os valores
326 atualizados, o **PARANACIDADE** fornecerá aos municípios o modelo do edital para essas licitações. Foi
327 garantido que em relação à parte técnica, tem-se disponíveis todos os elementos e valores, a parte de
328 tramitação também encontra-se bem encaminhada. O próximo passo será, de fato, a realização do
329 processo estadual. Agradecendo os esclarecimentos prestados, a **Conselheira Vice-Presidente Roseli**
330 abriu um espaço para algumas reflexões vindas dos Conselheiros. Nesse primeiro momento, a Conselheira
331 questionou se o processo eleitoral poderia retardar os **trabalhos** e qual seria a previsão da entrega desses
332 instrumentos. **Ricardo Muller** enfatizou que, uma vez que tais obras estavam em andamento e trata-se

332 de uma continuidade das mesmas, não se aplica a Lei eleitoral. Completou a **advogada Camila**
333 informando que na verdade é uma continuidade da obra e o que é realmente proibido, é o repasse de
334 transferência voluntária que não é o caso. No entanto, mesmo que os valores sejam menores, terá de
335 haver uma concorrência, cujo prazo de publicação é em torno de 30 dias, mais os prazos de recurso,
336 estima-se que esses trâmites findem em 60 dias, que coincidirá com o fim do período eleitoral. Avaliou o
337 **Coordenador Ricardo Muller** que em função do estágio em que se encontram as obras, o seu término
338 ocorrerá no prazo de 120 a 180 dias (estimativa no mês de abril). Segundo ele, a parte mais difícil de todas
339 essas operações, foram sem dúvida, as rescisões contratuais e também o levantamento técnico com
340 renovação de valores. Como é do conhecimento de todos, estão sendo envidados efetivos esforços da
341 parte das duas Secretarias (SEDU e SEDS), para que essa empreitada chegue a bom termo. Segundo a
342 **Conselheira Vice-Presidente Roseli**, todos tem clareza de que quando se inicia qualquer obra, o maior
343 objetivo é chegar ao seu término. Sendo assim, desejou entender de onde sairá essa diferença dos valores
344 agora recalculados:- dos cofres do Estado ou dos próprios municípios. A engenheira **Dra. Camila** ainda
345 complementou expondo que a contrapartida dos municípios é de 30%; aumentando os valores da obra,
346 aumenta-se também essa contrapartida. Na vez anterior, eram só duas empresas envolvidas, que
347 acabaram não tendo condições de cumprir os contratos. Os motivos alegados foram a falta de mão de
348 obra, distância entre os municípios e o período de moratória. Segundo ela, os Prefeitos tem consciência de
349 que para eles a perda de uma obra parada é muito maior, assim o interesse é de que termine da forma
350 mais rápida possível. Como as licitações são regionalizadas, as empresas tem problemas quando as obras
351 acabam saindo todas ao mesmo tempo. Alguns Conselheiros desejaram saber de quem seria a
352 responsabilidade de fiscalizar o andamento dessa segunda etapa. Foi respondido pelo Coordenador
353 **Ricardo Muller**:- como as licitações serão elaboradas pelos próprios municípios, será deles a incumbência
354 de também fiscalizar, cabendo ao **PARANACIDADE** a supervisão das construções. A empresa executará os
355 serviços, o fiscal da Prefeitura atesta a medição e um técnico do **PARANACIDADE** verifica a veracidade
356 dos trabalhos para posterior pagamento. Verificou-se que na gestão passada, a licitação foi elaborada por
357 **registro de preço**, quando a empresa ganhava um lote de obras. Nessa atual situação, mudou-se a
358 forma: será uma licitação para cada município e aí a empresa se vier a ganhar, terá plena consciência das
359 exigências. Houve um aparte do **Conselheiro Pedro Hoffmann**, constatando que na gestão anterior, o
360 Conselho havia aprovado uma contrapartida de 20%. **Ricardo Muller** apontou que como se trata de
361 continuidade das obras, os projetos serão os mesmos, sem previsão de ampliação. Garantiu também que o
362 **Conselheiro Pedro** estava com razão, ao referir-se à contrapartida no valor de **20%**, por parte dos
363 municípios. Considerando o que foi mencionado, houve a intervenção da **Coordenadora Letícia Reis** que
364 ressaltou: a lógica anterior mostrava que municípios do Centro expandido, com o menor índice de IDH, não
365 apresentavam contrapartida e os demais contribuía com 30% (não existia 20%). Disse ainda desconhecer
366 quais deles apresentados entravam em cada um desses casos. O **Conselheiro Pedro** insistiu em colocar
367 que o Conselho **aprovou** 20% de contrapartida para todos os municípios. Mais um vez a **Conselheira**
368 **Vice-Presidente Roseli** mostrou a sua preocupação arguindo: quais instrumentos garantirão que esse
369 processo não irá parar? Por onde será possível cobrar os prazos? Entendeu-se que essas obras estão
370 interrompidas e está claro que todos os Prefeitos envolvidos terão uma grande preocupação em concluí-
371 las, até para ter um saldo positivo na sua administração. Outro detalhe: existem muitas obras no Estado e
372 pode-se também correr o risco de não se ter empresas suficientes, advertiu a técnica do **PARANACIDADE**.
373 Na continuidade, o **Coordenador Ricardo Muller** assegurou que após as eleições, o Secretário de Estado
374 de Desenvolvimento Urbano, Dr. César Silvestri, chamará os novos Prefeitos para uma reunião, quando
375 serão instados a não adotar nenhum tipo de paralisação nas suas obras. Levando em conta o que tinha
376 sido exposto, a **Conselheira e Coordenadora Gladys** (SEDS) compartilhou o fato de que a contrapartida
377 de 30%, estava estabelecida num convênio de 2009, já a Resolução que determina 20% é do ano passado.
378 Por outro lado, sugeriu ao Conselho contribuir com uma deliberação através da qual os Conselhos

379 Municipais também terão a séria incumbência de fiscalizar as obras nos seus respectivos Municípios. A
380 medida sugerida foi considerada **excelente** pelo Coordenador Ricardo Muller. Ao finalizar esse rápido
381 encontro, a **Vice-Presidente Roseli** agradeceu a disponibilidade dos técnicos do **PARANACIDADE** virem
382 até esse Conselho, trazendo clareza para as questões referentes a esse investimento público. • **Intervalo**
383 **para o almoço**. O retorno ao trabalho deu-se às 13h30 minutos, com a **Conselheira Presidente Ana**
384 **Maria Macedo** verificando a maioria absoluta da presença dos Conselheiros (19). A **Conselheira Roseli**,
385 Vice-Presidente do CEAS/PR examinou a pauta, considerando que será necessário limitar o tempo das
386 intervenções, objetivando vencer os assuntos que são extensos. Concordou o **Conselheiro Plínio**
387 (Regional de Jacarezinho) enfatizando porém que as matérias não vencidas por falta de esclarecimentos,
388 ficarão pautadas para a próxima Assembleia. Houve concordância em limitar o número de falas, bem como
389 a sua duração. A **técnica Marcela Evangelista** continuou as sua explanação, referente à leitura de
390 documentos a serem aprovados (repasses financeiros). Houve um momento no qual alguns Conselheiros
391 demonstraram dúvidas sobre o Cadastro Único e assim, a **Conselheira Presidente Ana Maria** explanou:-
392 o Cadastro é um instrumento utilizado na Política de Assistência Social, com o objetivo de cadastrar
393 famílias que se encontram em condições de vulnerabilidade, sendo necessário serem inseridas em
394 programas específicos. Esse cadastro irá fornecer informações que irão propiciar o planejamento de ações
395 e programas, visando atender essas famílias. Quem tiver perfil para usufruiu do Bolsa Família, lá estará. Na
396 sequência, houve um questionamento da parte do **Conselheiro Patrick**:- de onde virão os recursos para o
397 acolhimento institucional. **Marcela Evangelista** (SEDS) esclareceu que nesse momento o Conselho
398 estaria aprovando as ações, porém os valores ainda não existem, sendo apenas uma projeção. Quando
399 forem passados efetivamente os tetos orçamentária, (final de agosto), na próxima plenária serão
400 repassados os valores corretos. **Patrick Reason** inquiriu porque se ater a uma proposta quando se sabe
401 que os custos serão elevados três vezes mais. A **Conselheira Marcela** interpretou que se o teto
402 orçamentário para este ano foi de X, ele não será diferente para o próximo, obrigando a se correr para uma
403 eventual suplementação. Assim, a proposta é a mesma: para o ano que vem, é correr atrás de recursos.
404 Abrindo espaços, a **Conselheira Presidente Ana Maria** interpretou: que nenhum desses recursos é
405 mesmo garantido as ações são as mesmas, porém os valores podem ser alterados, tanto para mais como
406 para menos. Com certeza, tais dados só serão fidedignos em 15 de setembro! Dessa forma, nessa data
407 poderiam ser aprovadas as ações com os valores previstos e assim que vierem os valores, o Conselho será
408 comunicado. Sabe-se que o orçamento está em cima do valor arrecadado pelo Estado. Como não será
409 possível aguardar-se esse trâmite, procurou-se dar andamento para não se perder o prazo dado pela
410 **Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral**, que é de 10/09. levando em conta as informações,
411 a **Presidente** inquiriu os Conselheiros se estariam aptos a votar a proposta do **Plano de ação para**
412 **elaboração de Lei Orçamentária Anual/2013**. Respondeu a **Conselheira Daiana**, esclarecendo não
413 estar convencida nem segura para votar. A técnica do Setor Financeiro da SEDS. **Marcela Evangelista**
414 procedeu inúmeros esclarecimentos sobre transferências financeiras, conteúdos esses extensos e
415 gravados na **Fita nº4 Lado A**. Comprometida com a sua posição, a **Conselheira Daiana (ASP)** reforçou
416 que em virtude de não ter tido acesso ao material, seria necessário um estudo maior que poderia levar
417 dias. Os questionamentos são amplos e talvez tivessem de ser sanados, item por item. Acreditou que as
418 informações são inconsistentes e disse encontrar-se no direito de não votar. Mediante essa colocação, a
419 **Conselheira Presidente** questionou quantos Conselheiros ainda tinham dificuldades nesse entendimento,
420 pois os técnicos da SEDS encontravam-se presentes para esclarecer tais questões. **Marcela Evangelista**
421 retornou às explicações, informando que quando se elabora o Plano de Ação para 2012, na verdade não se
422 trata de uma planilha de aplicação e tudo o que será executado dentro dessas ações, deverá vir para o
423 Conselho para se ter uma definição. Assim, foi isso que os técnicos efetuaram com as deliberações,
424 apontando a fonte de recurso que será utilizada e qual o objetivo. É preciso ficar claro que os itens aqui
425 constantes, não serão executados sem que o Conselho saiba exatamente quando, como e por que,
426 deliberando sobre o plano de aplicação. Na verdade, a Comissão de Financiamento faz essa tarefa, assim

426 nada que os Conselheiros aprovarem nessa data terá detalhes, a ação é genérica, por exemplo CRAS, não
427 se terá ainda a priorização dos municípios, se existe contrapartida ou não, situações que voltarão para o
428 CEAS deliberar, assim como retornarão todas as outras ações previstas nesse documento. Vale dizer que
429 uma boa parte do que aqui consta, disse **Marcela**, é referente a recurso federal e conforme as coisas vão
430 acontecendo, o Conselho tomará conhecimento, como já é de praxe, para a devida prestação de contas.
431 Numa breve definição, **Marcela Evangelista** (Setor Financeiro da SEDS) concordou que todas essas
432 questões podem gerar dúvidas, já que são instrumentos novos para o entendimento dos Conselheiros, que
433 não os vivenciam diariamente. Colocou-se ai dispor de todos para, se for o caso, passarem um dia no Setor
434 acompanhando o funcionamento desses trâmites das licitações, convênios e processos. O convite, de
435 maneira mais específica, foi dirigido aos Conselheiros da Sociedade Civil para quem essas práticas não são
436 comuns, pela ausência da realidade diária. Lamentou não poder trazer para o plenário as questões mais
437 abertas, do que estão sendo trazidas hoje, uma vez que ainda não se prevê de que forma se lidará com as
438 rubricas no próximo ano. Nesta data tem-se o planejamento do que se deseja realizar, porém a forma
439 como se vai executar, é no decorrer do processo dependendo até mesmo de orientações que se recebe do
440 Núcleo Jurídico. Quando se refere a repasse de **apoio técnico** e financeiro aos municípios, significa mesmo
441 que haverá repasse de recursos, mediante deliberação do CEAS/PR. Esclareceu que o volume de processos
442 é imenso, porém nada impede que um grupo de Conselheiros interessados possa sentar-se no Núcleo
443 Financeiro e acompanhar esses trâmites. Desejando retratar ao Conselho todos os passos pelo quais os
444 processos enveredam, a **técnica Marcela** esclareceu que após a aprovação no Conselho, os documentos
445 seguem para publicação. Em seguida, entra-se para a fase orçamentária quando se verifica a existência
446 dos recursos. Na sequência, parte-se para a análise jurídica, em seguida o processo licitatório ou convênio.
447 Logo após segue para autorização da Diretora Geral e da Secretária de Estado. Se for o caso, outras
448 Secretarias, que estão envolvidas, a Casa Civil e finalmente o Governador. Quando os documentos
449 retornarem para a SEDS, já se terá os procedimentos e ai sim as empresas apresentarão as suas
450 propostas. Na sequência, os trâmites das licitações, a volta para o Jurídico, Casa Civil e novamente o
451 Governador. Finalmente o retorno agora será para empenhar. Diante do exposto, demonstrou-se que na
452 verdade esse caminho é moroso e intrincado, principalmente quando não se tem a vivência. Além disso,
453 justifica-se a dificuldade em trazer para a Assembleia, a quantidade de grossos documentos que
454 constituem o material trabalhado pelo Setor Financeiro. A lógica da execução orçamentária é realmente
455 complexa. Nesse ponto das discussões, foi dada a palavra ao **Conselheiro Plínio** que parabenizou a
456 explanação de Marcela Evangelista, executada com clareza e competência. No entanto, questionou as
457 propostas, as reais ações que a SEDS propõe com esses orçamentos. Entre outros questionamentos, o
458 **Conselheiro Patrick Reason** informou ter participado nos últimos dois anos da Comissão do Fundo e fez
459 algumas observações referentes à diferenciação de importância nos valores dos investimentos, de um ano
460 para outro. Disse lembrar o tempo que foi gasto, na verdade dias de trabalho, para o Conselho aprovar os
461 indicadores que elencariam os Municípios a serem beneficiados e hoje indica-se um orçamento que
462 permitirá a construção de apenas 2 CRAS para o próximo ano, na área de Proteção Social Básica.
463 Considerou ser muito pouco recurso para essa importante ação; além disso, durante todo o período em que
464 exerceu a função de Conselheiro, nunca havia ouvido falar nessa enorme transferência de renda (65% do
465 todo- de 11 para 77 milhões de reais) destinada ao Programa Família Paranaense. Trata-se de um assunto
466 que precisa **ser** melhor entendido; assim, também não havia conseguido compreender por que aquilo que
467 precisa ser votado hoje, não poderá ser votado em setembro! De forma prestativa, a técnica **Marcela**
468 **Evangelista** (SEDS) declarou que a **Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral** indicará os
469 tetos orçamentários para a previsão da Lei Orçamentária, já a partir de 20 a 25 de agosto. O repasse a ser
470 efetuado pela SEDS terá prazo até **10 de setembro** ou seja, o Setor Financeiro passará os feriados
471 preenchendo esse documento onde não poderão ser previstas ações não conhecidas ou aprovadas por
472 esse Conselho. A preocupação da SEDS é que o CEAS tomasse conhecimento do planejamento dessas

473 ações, garantindo a sua inserção na Lei Orçamentária de 2013. é importante esclarecer:- caso o Conselho
474 desconheça ou não queira aprovar, então será necessário fundamentar outras ações. Objetivando evitar
475 possíveis questionamentos das Secretarias, nesta data foram trazidas essas previsões, porém não significa
476 que devam ser acatadas. Numa segunda hipótese, caso o Conselho também não aceite toda essa
477 transferência de renda, que na verdade objetivava atender todas as famílias, apontadas pelo levantamento
478 do IPARDES, há possibilidade também de se alterar. Afinal são sugestões e não imposições e valerá o
479 parecer final desse Colegiado. Foi alertado pela **técnica Marcela** (Financeiro-SEDS) que uma vez decido
480 em não aprová-las, as ações que irão para a SEPL serão colocadas limpas e mínimas; como consequência,
481 no próximo ano esse mesmo Conselho irá cobrar as ações não constantes na Lei e diversas daquilo que
482 estará publicado no site. Finalizou assumindo que o Setor Financeiro estará disponível, para receber as
483 sugestões ou possíveis alterações. Procurando contribuir, a **Coordenadora Gladys Torttato** reforçou que
484 o orçamento que procede do Planejamento deve ser respeitado e as ações devem permanecer de forma
485 ampla. Avaliando as últimas falas, a **Coordenadora Letícia Reis** (SEDS) referiu-se à transferência de
486 renda direta para as famílias, citando que também para todos trata-se de um fato novo. Estudos
487 avaliativos estão sendo desenvolvidos, que poderão clarear se será positivo adotar essa estratégia
488 proposta pelo Governo Federal e que foi dirigida a todos os Estados brasileiros. Trata-se de um processo
489 gradativo e sabe-se que hoje o levantamento da IPARDES aponta para 100 mil famílias paranaenses que
490 teriam necessidade de uma complementação de renda. Expressou, por outro lado que estudos
491 preliminares já comprovaram:- caso os 30 primeiros municípios fossem considerados, já seriam 10 mil
492 famílias que precisariam ser apoiadas de imediato. Já a ideia do Governo Federal é conseguir implantar
493 esse benefício em muitos municípios e tudo leva a crer que mediante estudos, os valores ainda serão
494 negociados. Foi definido pela **Conselheira Sandra**: mesmo com a mudança de valores, se as coisas
495 permanecerem como estão, mais da metade dos recursos estará comprometida com a transferência para o
496 Família Paranaense. Sugeriu que fosse possível adicionar outras propostas ao item 5, ampliando o
497 aproveitamento desses recursos. Criando um entendimento, a **Conselheira Larissa** (SEDS) lembrou que o
498 custo referente ao apoio prestado a 10 mil famílias seria em torno de 500 mil reais/mês. Se é preciso
499 erradicar a pobreza, esforços serão enviados mesmo porque trata-se de uma diretriz nacional. É preciso
500 também ter clareza que o executor e ordenador de despesas é a SEDS e nem a Secretária nem os técnicos
501 desejarão realizar algo para ser responsabilizado depois. As linhas gerais que a SEDS propõe são
502 referentes a um planejamento. Além disso, o Plano Estadual que traça a Política de Assistência Social hoje
503 existe e foi aprovado pelo Conselho anterior, construído a partir de oito prioridades pactuadas
504 nacionalmente, a partir do CNAS e CIT. Veio para o Governo Estadual para que a CIB e o CEAS aprovassem.
505 Ao se comemorar 1 ano desse Pacto, seria o momento para se realizar o balanço e as necessárias
506 adequações. Sem dúvida esse Conselho será consultado e construíra em conjunto com a SEDS pois se
507 adquire esforço coletivo; o CEAS é que dirá se o caminho proposto é realmente o adequado, aquele que na
508 verdade a Sociedade Civil espera ou não. É necessário ter a clareza que, além do pacto de aprimoramento,
509 existem ainda outros planos por exemplo o Plano Estadual de Capacitação, vinculado à Política Nacional
510 também já aprovado. Outros mais:- Plano Estadual de enfrentamento à violência contra crianças e
511 adolescentes, Plano Estadual de Monitoramento e avaliação da Política e tanto mais. Assim, essas linhas de
512 ação já saem de processos de trabalho anteriormente escolhidos, com aprovação e deliberação desse
513 Conselho. Sendo assim, existe previsão da realização de um curso na área de financiamento e orçamento,
514 para o qual o CEAS terá vagas. A **técnica Marcela Evangelista** considerou ser possível anexar outras
515 ações no item 5, não se perdendo orçamento. Declarou compreender a angústia dos Conselheiros, pelo
516 fato de serem destinados 50 milhões de reais para transferência de renda, restando 27 milhões para as
517 outras ações. Vale dizer que a quantia referida só está presente, devido ao estudo realizado pelo IPARDES;
518 será pois necessário ir atrás de recursos dessa envergadura. Solicitou aos Conselheiros que sugerissem
519 uma estimativa do montante dessa importância, lembrando que serão 100 mil famílias. Buscando
520 garantias, a **Coordenadora Letícia Reis** interpretou ter sido um erro apontar esses 50 milhões de reais,

520 sem ter em mãos os estudos finalizados. Citou que na próxima semana vai ocorrer uma reunião com os
521 Secretários de Estado **da Fazenda???** e **do Planejamento e Coordenação Geral**; ao mesmo tempo, o
522 próprio IPARDES deverá apresentar também um estudo já concluído. Esse foi o momento no qual a
523 **Presidente Conselheira Ana Maria Macedo**, fez alguns questionamentos, objetivando deixar bem clara
524 a questão abordada. Avaliou que foi previsto o valor de 50 milhões de reais, destinados a complementar o
525 repasse do Bolsa Família. Na verdade, houve uma convocação do Governo Federal, para que os Estados
526 promovessem essa complementação, com base nos estudos efetuados pelo IPARDES. Há no Paraná um
527 número expressivo de famílias em extrema pobreza. Caso seja **detectado** um número menor dessas
528 famílias carentes, o que será permitido fazer com os 45 milhões restantes? **Marcela Evangelista**
529 ressaltou que será possível montar um documento e encaminhá-lo para o Planejamento: dentro de 15 dias
530 a alteração será providenciada, mediante um decreto. Já uma situação contrária, irá gerar maiores
531 dificuldades- se forem previstos apenas 5 milhões de reais e o número de famílias exceder, será necessário
532 contatar a **Fazenda??** e solicitar uma suplementação de recursos mediante a existência ou não de um teto
533 orçamentário. Em caso positivo, o Planejamento abrirá uma rubrica, processo que demorará pelo menos 60
534 dias. Foi explicitado pela **Conselheira Flávia** que a pobreza existe em todos os 88 municípios, que tem
535 prazo de até 17/08 para se habilitar. E se o recurso ficar no município e esse não aderir ao Programa?
536 Houve a sugestão do **Conselheiro Pedro Hoffmann**, para que o Conselho aprovasse de uma vez os 77
537 milhões de reais e logo em seguida o **Conselheiro Plínio** opinou de aplicar o recurso excedente na
538 Proteção Social Básica. Ainda num processo de esclarecimento, a **Coordenadora Letícia Reis** informou
539 ser necessário estabelecer um prazo, para se orientar os municípios e até mesmo as demais Secretarias de
540 Estado envolvidas. Por outro lado, reforçou que os recursos aqui propostos estão previstos para repasse **às**
541 famílias e não aos municípios. • **Encaminhamento: 1º) Proposta da Conselheira Flávia**; destinar 50
542 milhões de reais para transferência de renda a famílias selecionadas do Programa Família Paranaense,
543 ficando o excedente para Proteção Social Básica, com o título transferência de renda. **2º) Proposta da**
544 **Conselheira Letícia Reis**; garantir que a transferência de renda esteja vinculada às famílias em
545 vulnerabilidade social do Programa Família Paranaense. Atenta a todos os relatos, a **técnica Marcela**
546 (Setor Financeiro da SEDS) informou não ser possível abrir uma 5ª ação e sim pulverizar nas outras quatro
547 ações. Reforçou a **Coordenadora Letícia Reis** dizendo não fazer sentido essa divisão; não sendo
548 possível, optou por retirar a sua proposta solicitando a manutenção para o Família Paranaense. A
549 **Coordenadora Mara Ferreira** assegurou sentir-se assim contemplada, uma vez que dentro da Família
550 Paranaense os critérios para a escolha cobrem todos os indicativos de vulnerabilidade, inclusive da
551 Proteção Social Especial. A **Presidente Ana Maria** voltou a anunciar as propostas, para que os
552 Conselheiros não tivessem dúvidas antes da votação. Nesse momento, o **Dr. Moisés Saura** integrante do
553 Núcleo Jurídico da Administração da (SEDS), veio a sugerir:- que a proposta se mantivesse como está e
554 caso venha a diluir, o **recurso que** contemple o Família Paranaense, como também a Proteção Social
555 Básica e Especial. Palavra do **Dr. Moisés Saura** (NJA da SEDS) solicitando a retirada da sua proposta.
556 Numa rápida interferência, a **Coordenadora Letícia Reis** declarou que as famílias não podem ser
557 diferenciadas entre PSB ou PSE pois todas estão em vulnerabilidade social. É necessário porém, que todas
558 tenham o devido acompanhamento intersetorial, com acesso também a outros serviços. A expectativa é
559 que em 2014, 80% dos municípios tenham essa cobertura. Esgotadas todas as discussões, a **Conselheira**
560 **Presidente Ana Maria Macedo** instalou o regime de votação, convocando todos os Conselheiros
561 presentes para anunciarem o seu voto. Seguiu novamente colocando as propostas para apreciação
562 definitiva. • **1ª Proposta:-** Que se retirem 50 milhões de reais que estão no Programa Família Paranaense,
563 transferindo-os para Proteção Social Básica, com o título transferência de renda- **Favoráveis: 07 votos.** •
564 **2ª Proposta:-** Pela manutenção dos itens já apresentados por Marcela Evangelista (Financeiro SEDS),
565 contidos no “Plano de Ação para a elaboração da Lei Orçamentária anual/2013” • **Favoráveis: 14 votos e**
566 **01 abstenção** (Conselheira Daiana) • **Aprovada a 2ª proposta.** • Continuação da leitura do relatório

567 da Comissão. Em dado momento, a **Conselheira Suplente Gladys Tortatto** (SEDS) informou ao plenário
568 que em 2011, a Deliberação nº15 do CEAS/PR relacionava 17 municípios para serem beneficiados com
569 construção de CRAS. Desses em 2012 foram contemplados apenas 11. Recentemente recebeu-se a
570 informação da existência de um recurso remanescente da SETP, no valor de R\$ 2.133.000,00 (dois
571 milhões, cento e trinta e três mil reais) que permitirá honrar o conteúdo da Deliberação nº 15 do CEAS/PR.
572 Municípios faltantes para o recebimento de CRAS:- Nova Laranjeiras, Atalaia, Godói Moreira, Bom Jesus do
573 Sul, Barracão e Iguaraçu. Caso hajam desistências, vai-se trabalhar em cima da Deliberação nº 26/2012,
574 com base no índice do IPARDES. • **Relato da Comissão de reordenamento dos serviços de**
575 **acolhimento institucional – Relatora:- Conselheira Carmem Zadra.** A Conselheira Carmem informou
576 que a referida Comissão hoje está composta por importantes representações, ressaltando o trabalho
577 conjunto efetuado pelas três áreas:- Assistência Social, Saúde e Educação. Nessa ocasião o grupo contou
578 com uma explanação realizada por integrante da FAS, abordando a construção de um protocolo de
579 atendimento na Central de Vagas. Foi colocada a proposta do Governo Federal, sobre a construção de
580 Centros Dia para pessoas com deficiência. Algumas considerações também foram colocadas pela
581 **Conselheira Delvana.** Na sequência, os Conselheiros ouviram a **Presidente Ana Maria Macedo** ,
582 expondo sobre a possibilidade de serem destinados recursos do DETRAN diretamente repassados para o
583 Fundo de Assistência Social. Hoje quem vai emplacar carro novo, pode escolher uma placa preferencial por
584 R\$ 100,00; esse recurso é repassado diretamente ao FEAS. Se o CEAS aprovar pode-se solicitar a
585 Secretária Fernanda, que oficialize Concessionárias e sindicato dos despachantes sobre essa Lei, para que
586 o recurso possa ser ampliado. • **Aprovada a medida.** • **Comissão de Documentação e Rede**
587 **Socioassistencial – Relatora Conselheira Eunícia (SEJU) RELATÓRIO:**

588 1) - Referente a manifestação ao CNAS quanto a composição dos CMASs, a Comissão sugere o
589 encaminhamento de consulta ao CNAS sobre quais providências deverão ser tomadas quando o município
590 não tiver entidades de Assistência Social para ocupar a/as vagas deste segmento. Neste caso, quem
591 ocuparia a vaga? As vagas destinadas às entidades, na ausência destas, o CEAS pode orientar para que
592 sejam ocupadas por usuários da Política de Assistência Social? Parecer da Comissão: Favorável. Parecer do
593 CEAS: APROVADO. 2) - Referente ao Ofício 07/2012 do CMAS de Francisco Beltrão: a) Não é impeditivo da
594 inscrição o inquérito civil, sem prejuízo da análise dos órgãos competentes, porém oriente-se ao CMAS uma
595 análise criteriosa dos serviços e atendimentos prestados pela entidade, de modo a verificar se a entidade
596 atende todos os requisitos para inscrição como entidade. b) Que o CEAS informe ao CMAS que os
597 Conselheiros poderão ser responsabilizados somente se agirem de má-fé e/ou com dolo na verificação do
598 atendimento dos requisitos para inscrição. c) Sugerimos que o CMAS busque assessoria jurídica junto ao
599 Município e que essa assessoria possa contribuir para as duas questões levantadas. Parecer da Comissão:
600 APROVADO. Parecer do CEAS: APROVADO. Questionamentos do Município de Pinhais. A Comissão
601 sugeriu solicitar ao CMAS maiores informações com relação aos serviços prestados por essas entidades,
602 público atendido e quais são os documentos solicitados à Entidade e qual o objetivo da solicitação. Após o
603 retorno será elaborado uma devolutiva com base nas normativas vigentes e instruções do TCE. Parecer da
604 Comissão: APROVADO. Parecer do CEAS: APROVADO. 4) - Referente a nota técnica CEAS/CIB foi trazida a
605 informação da Secretaria Executiva que está sob a análise da CIB. Parecer da Comissão: CIENTE. Parecer
606 do CEAS: CIENTE. 5)- Quanto a implementação da Resolução 06/2010. Nesta etapa apenas 96 CMAS
607 responderam. Parecer da Comissão: CIENTE. Parecer do CEAS: CIENTE. 6) - Ainda foi apresentado
608 questionário do FONACEAS, o qual a comissão sugere que seja encaminhado ao CMAS via Escritório
609 Regional, ressalta que os Conselheiros do CEAS tem papel fundamental em mobilizar os Conselhos
610 Municipais para que estes respondam e encaminhem ao CEAS até 10 de setembro. Parecer da Comissão:
611 APROVADO. Parecer do CEAS: APROVADO. Encaminhar esse documento com as questões do FONACEAS
612 para os Conselhos Municipais e para a Comissão de Articulação e Mobilização. Ainda encaminhar o
613 formulário da pesquisa para os CMAS via e-mail. 7) - O questionamento do CMAS de Foz do Iguaçu. a) De
614 acordo com § 3º do artigo 16 da Resolução 016/2010, a instância de recursos da Entidade que teve seu

615 requerimento indeferido é o CEAS. Contudo, nada impede que antes do indeferimento, o CMAS entenda
616 pela possibilidade de adoção do plano de readequação, estabelecendo prazo para implementação. b) Não
617 há prazo. c) Pode se inscrever, porém será um processo novo e não uma renovação. Parecer da Comissão:
618 APROVADO. Parecer do CEAS: APROVADO. Mediante a situação anterior o Conselho delibera pelo
619 encaminhamento de recomendação a todos os CMAS para que observem o direito das entidades de
620 apresentarem um plano de readequação. 8) - Referente ao ofício de nº 25/2012 da Fundação Nosso Lar de
621 Foz do Iguaçu, ref. ao recurso de inscrição no CMAS ficou definido que será sugerido ao CMAS que ofereça
622 à Entidade o Plano de readequação. Além de solicitar nova visita a essa entidade por equipe composta pelo
623 Conselheiro da região, técnico do escritório de Foz do Iguaçu e por Conselheiro do CMAS. Parecer da
624 Comissão: APROVADO. Parecer do CEAS: APROVADO. Exercendo a sua função, a **Conselheira Vice-**
625 **Presidente Roseli Tonello** desejou esclarecer sobre o seu posicionamento no que se refere à
626 entidade..... de Francisco Beltrão, investigada pelo Ministério Público. Disse estar sendo imparcial,
627 abstendo-se de votar, e baseando-se somente nas informações fornecidas pelo Conselho Municipal e
628 encaminhadas ao CEAS. Informou permanecer mais tranquila se estiver isenta de qualquer
629 pronunciamento. Num momento de reavaliação, a **Conselheira Presidente Ana Maria** sugeriu ao
630 plenário que o encaminhamento a ser dado deve basear-se em cautela, até que se tenham finalizadas as
631 investigações sobre essa entidade. Existem alguns pontos que necessitam ser esclarecidos,
632 prioritariamente a sua idoneidade financeira, buscando o CMAS assessoria jurídica do município sobre a
633 concessão da inscrição. A história brasileira é repleta de tristes registros no que concerne a negligências e
634 maus tratos cometidos por organismo que aspiram recursos públicos. Está bastante claro que o Conselho
635 não está seguro para conceder a inscrição solicitada. Na sequência dos trabalhos, a **Conselheira Vice-**
636 **Presidente Roseli Tonello** referiu-se à reunião ocorrida em Rondônia, na qual o FONACEAS propôs um
637 questionário que deverá ser respondido pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, e devolvido com
638 prazo até **10 de setembro**. Dada a importância dos quesitos, a Vice-Presidente do Colegiado solicitou
639 uma firme posição dos Conselheiros junto às suas Regionais, no sentido de motivar os CMAS a
640 responderem esse documento e devolverem dentro do prazo hábil. Foi sugerido pela **Secretária**
641 **Executiva Helena**, que se crie um instrumento que posteriormente facilitasse a compilação dos dados.
642 Segundo a **Conselheira Larissa**, esse assunto estava sendo debatido pela Comissão de Articulação, até
643 que se altere o Regimento Interno e se possa ter uma Comissão própria de acompanhamento aos CMAS.
644 Disse entender que esse questionário poderá ser alterado a partir da tradução do Plano de
645 Acompanhamento aos Conselhos Municipais e esse tema deveria ser submetido à apreciação de outra
646 Comissão. Na sequência, a **Conselheira Roseli** efetuou a leitura do documento a ser respondido pelo
647 CMAS. Diante do que foi exposto, a **Conselheira Presidente Ana Maria** sugeriu que as orientações
648 deverão ser encaminhadas diretamente aos CMAS, uma vez que o CEAS tem a função de proceder esse
649 acompanhamento. Houve a réplica da **Secretária Executiva Helena** esclarecendo que não se tem um
650 cadastro eletrônico completo desses Conselhos, apesar de que já foram solicitada diversas vezes aos CMAS
651 as referidas informações. Foi isso que motivou a ideia de se usar os Escritórios Regionais como
652 intermediários. A **Coordenadora Larissa** compartilhou algumas sugestões:- 1ª) pautar o assunto em
653 outra Comissão. 2ª) solicitar aos Escritórios que criem uma ficha, com roteiro básico de cadastramento
654 dos CMAS junto ao CEAS. 3ª) desencadear a pesquisa através do CEAS e atingir os CMAS nos 399
655 Municípios. Novamente a Secretária Executiva Helena afirmou, que ainda não se tem um banco de dados
656 desses Conselhos que deverá ser informatizado. Lembou que em 2010 o CEAS efetuou uma deliberação,
657 através da qual os CMAS deveriam encaminhar seu endereço eletrônico e isso não se efetivou na
658 totalidade. Levando em conta as colocações, a **Presidente Ana Maria** interpretou que o CEAS há
659 bastante tempo vem caminhando com essa dificuldade de contatar os CMAS e sempre se diz que se
660 tomarão providências. Esse é o momento do Banco de Dados ser concretizado, pedindo a colaboração do
661 Setor de Informática e também dos Escritórios Regionais. Na verdade, virão informações de 23 fontes;

662 concluiu dizendo também concordar que assunto deverá ser encaminhado para outra Comissão. Essa
663 integração deverá ser efetivada, já que as chefias dos Escritórios a cada 2 meses reúnem-se com a
664 Secretária Fernanda Richa. Outra boa referência é o CENSO SUAS/2011, uma base de dados das mais
665 atualizadas, considerou a **Conselheira Larissa (SEDS)**. • **Encaminhamento:-** 1) Submeter a matéria à
666 Comissão de Articulação, mobilização e Comunicação. 2) Encaminhar o questionário com a data prevista
667 para os Conselhos Municipais. Completou a **Conselheira Larissa**, destacando que a vigilância
668 Socioassistencial deverá ser acionada, para que repasse a listagem existente e na sequência, disparar os
669 e-mails aos CMAS. Na sequência dos trabalhos, a **Conselheira Presidente Ana Maria** lançou um alerta,
670 tendo em vista as dificuldades que se apresentam, frente à ausência de Conselheiros, que acabam
671 prejudicando as atividades das Comissões. Desnecessário seria instruir, porém foi enfatizado que o
672 Conselheiro Titular faltante, deverá ele mesmo convocar o seu Suplente para substituí-lo e informar a
673 Secretaria Executiva. O CEAS deverá atuar com todas as suas representações, lembrando que todos estão
674 nomeados por decreto governamental; por outro lado, toda e qualquer justificativa encaminhada será
675 apreciada pelo plenário. • **Comissão de Políticas Sociais- Relator :- Conselheiro Plínio. RELATÓRIO:**
676 **1) Informação da CIB e Escritório Regional sobre os CRAS de Foz do Iguaçu.** Informação da CIB e
677 Escritório Regional de Foz do Iguaçu compareceu à reunião a Secretária Executiva da CIB, Marilene, que
678 apresentou as seguintes informações: foi realizada reunião extraordinária da CIB no dia (ver com a
679 Marilene) em que foi pautada a questão de Foz do Iguaçu. O gestor da Assistência Social no município
680 trouxe para o colegiado um documento construído em conjunto com o Ministério Público local. O colegiado
681 da CIB acatou como válido o mesmo documento que estabelece metas que estão de acordo com as
682 demandas levantadas pelas equipes do CRAS do município, em ofício anteriormente analisado. A comissão
683 leu a cópia deste documento, chamado de “Plano de Reestruturação do CRAS”, FICANDO CIENTE, EMBORA
684 ENTENDA QUE SEJAM INFORMAÇÕES INSUFICIENTES. A técnica Deise, da Coordenação de Proteção Social
685 Básica, trouxe cópia do Relatório enviado pelos Escritórios Regionais, o qual foi lido pela Comissão, onde
686 foi identificado que trata-se de um relatório antigo com datas de 2011. Deise ainda apresentou
687 informações sobre a situação CRAS no acompanhamento ao município pelo Estado. Estão em vigência dois
688 Planos de Providência, um com relação ao CENSO SUAS 2009, e de 2012, respectivamente. Neste sentido,
689 o município está dentro do prazo para adequar-se. Diante disso a Comissão solicita que o CEAS oficie ao
690 Ministério Público local – 15ª Promotoria de Justiça – Dr. Fernando de Paula Xavier Jr (Promotor) e Dr.
691 Marcelo Camargo de Almeida (designado) solicitando informações sobre o progresso do “Plano de
692 Reestruturação do CRAS, no município de Foz do Iguaçu, bem como solicite-se ao Escritório Regional de
693 Foz um novo relatório, com informações recentes. Parecer da Comissão: APROVADO, aguardar o resultado
694 do acordo firmado com o MP e solicitar um novo relatório ao ER de Foz do Iguaçu. Parecer da Plenária:
695 APROVADO. **2) Protocolo nº11.553.796-2: Levantamento do número de pessoas com**
696 **deficiência que recebem benefícios socioassistenciais.** Levantamento do número de pessoas
697 com deficiência no Estado do Paraná. O CEAS oficiou a SEDS solicitando informações sobre o número de
698 pessoas com deficiência no Estado, para subsidiar resposta deste Conselho ao CNAS que solicita
699 informações sobre as ações do CEAS na defesa dos direitos da pessoa com deficiência. O Núcleo de Gestão
700 da Informação da SEDS fez levantamento a partir dos banco de dados CENSO IBGE e apresentou
701 resultados. Foi feita leitura rápida do relatório e tirados os seguintes encaminhamentos: envio de cópia do
702 relatório da SEDS para os Conselheiros tomarem conhecimento e solicitação de dados referentes a
703 realidade das pessoas com deficiência no Estado do Paraná, ao Ministério Público – CAOP da Defesa dos
704 Direitos do Idoso e das Pessoas Portadoras de Deficiência, à SESA e a à SEED/DEIN – Departamento de
705 Educação e Inclusão. Estes dados poderão subsidiar aos Conselheiros do CEAS, bem como subsidiar a
706 resposta ao CNAS, se houver tempo hábil. - Ofício do CMAS e Secretaria Municipal de Assistência Social do
707 município de Ortigueira. Os ofícios que justificam a não adesão do município à expansão dos serviços de
708 Proteção Especial pelo MDS por falta de equipe neste momento, para efetivar os serviços. Tendo analisado
709 o documento, a Comissão Deliberou por oficiar ao CMAS e a Secretaria Municipal de Assistência Social,

710 solicitando esclarecimentos sobre os conteúdos do ofício nº 703 da Secretaria Municipal de Assistência
711 Social e do ofício nº 02 do CMAS, que abordam a questão da expansão e a ata anexa, que trata do
712 Programa Agente Jovem e Pro Jovem, e também solicitação ao Escritório Regional, indagando sobre
713 providências de estruturação dos recursos humanos para expansão de novos serviços no município, em
714 vista da real necessidade social do município. Parecer da Comissão: APROVADO. Parecer da Plenária:
715 APROVADO. **3) Projeto Unioeste.** A coordenadora da Proteção Social Especial da SEDS, Mara, apresentou
716 o projeto referindo que é uma resposta ao combate do CRACK. A proposta é de capacitação de equipes que
717 atuam em políticas públicas de enfrentamento ao CRACK e outras drogas, com prioridade para técnicos da
718 área da saúde e assistência social. A fonte de recursos é do Governo Federal e as capacitações
719 acontecerão em agosto de 2012 e com novas turmas em 2013. Tendo apresentado o projeto, a
720 coordenadora Mara ainda informou que uma delegação do Estado do Paraná, com a participação de
721 diferentes Secretarias de Estado estiveram em Brasília no dia 27/07/2012 para pactuação de Plano de
722 Enfrentamento ao Crack. Será criado um grupo de trabalho para tratar do tema, sendo que este estará
723 vinculado ao Comitê Estadual de Saúde Mental. Estão previstos recursos para a Segurança Pública, para
724 Centros POP (Centros Especializados para atendimento da População de Rua) e Consultórios de Rua. Diante
725 das informações, os conselheiros se propõe a divulgá-las. Parecer da Comissão: CIENTE. Parecer da
726 Plenária: CIENTE. **Parecer da Plenária: APROVADO.** Entre situações colocadas nessa Comissão, ouviu-se
727 o informe da Coordenadora de Proteção Social Especial, **Mara Ferreira.** Explanou sobre o processo que o
728 Governo do Paraná assumiu, referente ao Plano Nacional de enfrentamento ao crack. Nessa semana será
729 recebida uma consultora do MDS, para trabalhar o Plano de Ação integrado à Capital, já que nesse primeiro
730 momento não se prevê recursos para atingir todo o Estado. Sabe-se que Curitiba já apresentou suas metas
731 e receberá um cofinanciamento; já a Saúde está com um planejamento que beira os 400 milhões de reais.
732 O papel fundamental da Assistência é de reinserção social. • **Comissão de revisão do Regimento**
733 **Interno.** Foi informado pela Secretária Executiva Helena, que a questão do Regimento Interno está
734 atrelada à Revisão da Lei. **Comissão da Frente Parlamentar:** Em junho foi realizada uma reunião com a
735 **Deputada Marla Tureck,** Conselheiros Patrick e Larissa. Na ocasião, solicitou-se uma audiência com a
736 Secretária Fernanda Richa, porém a Deputada estava com compromisso no interior e a Assembleia em
737 recesso. Em agosto, o assunto será retomando. • **Informes Gerais** – Secretária Helena. Recebimento do
738 ofício nº05 – procedente da Pastoral da Criança (Cascavel), trazendo a solicitação de afastamento
739 provisório do Conselheiro Titular Vanderlei Augusto da Silva, tendo em vista sua candidatura a vereador.
740 Nesse período, o **Conselheiro Pedro Hoffmann** continuará participando do CEAS como membro
741 suplente. • **Em apreciação:-** Aprovada a solicitação de afastamento. • **Comissão Intersetorial de**
742 **Convivência Familiar e Comunitária.** • **Pontos de Pauta para a próxima Assembleia.** • **Relato de**
743 **Família Paranaense.** • **Relato da CIT e CIB.** A Presidente Ana Maria ainda tornou público o fato de
744 que a Lei de Criação do CEAS, com as readequações apresentadas, foi encaminhada à Diretoria Geral e
745 Núcleo Jurídico da SEDS. Na próxima Assembleia esse documento retornará a respectiva Comissão, para a
746 devida análise. Com agradecimentos e despedidas, a Presidente deu por encerrada a Assembleia
747 Ordinária. **Encerramento.** A Presidente Ana Maria Macedo agradeceu a presença dos Conselheiros e
748 demais convidados, encerrando a Assembleia Ordinária. A presente ata foi e lavrada por Regina Amasiles
749 Rodrigues Costa. Depois de lida e aprovada, será anexada a cópia da lista assinada pelos Conselheiros
750 presentes nessa reunião.

751

752

753

754

755

ANEXO I

756

757

PROJETO PEDAGÓGICO

758

3) NOME DO CURSO

759

760

CAPACITAÇÃO AOS TRABALHADORES DOS CREAS E PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ

761

762

5) OBJETIVOS

763

764

765 Instrumentalizar os técnicos municipais e estaduais para o fortalecimento dos CREAS no
766 reordenamento e oferta de serviços qualificados conforme previstos na Tipificação Nacional do Serviços
767 Socioassistencias, com foco central no serviço de proteção a adolescentes em cumprimento de medida
768 socioeducativa em meio aberto.

768

769

7) JUSTIFICATIVA

770

771

772 Conforme indicado na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, cabe à esfera estadual coordenar,
773 regular e co-financiar a estruturação de ações regionalizadas, pactuadas, na proteção social especial de
774 média e alta complexidade, considerando a oferta de serviços e o fluxo de usuários. Até o presente
775 momento, a União e os Estados muito investiram em ações de formação na área da proteção social
776 básica, com manuais e materiais técnicos estruturados a mais tempo orientando a execução dos serviços.
777 A proteção social especial, principalmente a de média complexidade passou a ser debatida a menos
778 tempo, não tendo ocorrido até o presente momento no Estado do Paraná ações de formação voltadas aos
779 serviços a serem executados nos CREAS.

779

780 Por tratar-se de uma primeira ação de fato estruturada de formação neste eixo de proteção, é
781 mister executar-se uma capacitação com caráter de nivelamento quanto à Proteção Social Especial de
782 média complexidade voltada aos trabalhadores dos CREAS, com foco na execução dos serviços a serem
783 executados neste equipamento. Somente após uma ação de nivelamento poderemos iniciar um
784 processo de formação continuada aos trabalhadores desta área.

784

785 No que tange as medidas socioeducativas em meio aberto, o CEDCA e o Governo do Estado do
786 Paraná vêm desde o ano de 2005 realizando ações de formações aos trabalhadores dos programas e do
787 sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente em geral. Porém, conforme citado na
788 apresentação deste projeto, temos dois novos instrumentos normativos na forma de lei (SUAS e SINASE)
789 que trazem implicações conceituais e práticas no acompanhamento dos adolescentes em cumprimento
790 de medidas socioeducativas em meio aberto, sendo emergente a necessidade dos trabalhadores dos
791 CREAS apropriarem-se de tais instrumentos e dos instrumentos técnicos que são inerentes ao trabalho
792 socioeducativo.

792

793 Considerando que a medida socioeducativa em meio aberto é executada pela equipe do CREAS
794 em grande parte dos municípios do Estado do Paraná que possuem demanda de atendimento de
795 adolescentes autores de ato infracional e que é esta mesma equipe que executa também, na maioria
796 dos casos, os demais serviços inerentes ao equipamento CREAS; considerando também que a equação
797 entre demanda e número de trabalhadores dos CREAS é uma das principais dificuldades de Gestão do
798 Trabalho nos municípios, sendo o déficit de recursos humanos um debate latente na área de assistência
799 social e que a retirada dos técnicos repetidas vezes do equipamento pode prejudicar o andamento das
800 atividades, a Coordenação de Proteção Social Especial da SEDS, propõe uma capacitação unificada,

800 visando otimizar o tempo dos trabalhadores dos CREAS e os esforços de ambas as políticas públicas
 801 (assistência social e defesa dos direitos da criança e do adolescente) em executar ações de formação
 802 atingindo este público, aproveitando a presença do público alvo, os mesmos processos de contratação
 803 de pessoas e serviços e a mobilização das equipes da sede e dos escritórios regionais da SEDS,
 804 atendendo assim as necessidades prementes de nivelamento técnico na execução dos serviços de
 805 média complexidade e a atualização das equipes quanto aos novos marcos reguladores da execução
 806 das medidas socioeducativas.

807

808 **4. PÚBLICO-ALVO**

809 Equipe técnica dos CREAS e rede referenciada , técnicos dos Escritórios Regionais e Sede da
 810 SEDS, Conselheiros de Direitos (CEDCA e CEAS), atores do sistema de garantia dos direitos da criança e
 811 do adolescente.

812 Capacitar 400 pessoas em 3 macrorregiões do Estado do Paraná, sendo:

813 10 Conselheiros do CEDCA;

814 10 Conselheiros CEAS;

815 270 técnicos dos CREAS ou serviço de medida socioeducativa referenciado (2 por equipamento)

816 30 técnicos das Equipes Regionalizadas da SEDS;

817 10 técnicos da sede da SEDS

818 30 servidores do Ministério Público e Poder Judiciário (juízes, promotores e equipes técnicas das
 819 comarcas)

820 28 servidores dos CENSEs (02 por unidade de grande porte e 1 de pequeno porte ou médio)

821 12 convidados

822 As vagas para os CREAS serão destinadas aos técnicos efetivos do quadro do município, para os
 823 municípios que não dispõe de funcionários efetivos, redistribuirá para os trabalhadores lotados nos
 824 CREAS.

825 **5. METODOLOGIA**

826 A Metodologia escolhida será a participativa, com a utilização de exposições dialogadas, mesas
 827 redondas que estimulem a participação dos atores presentes, debates entre facilitadores e o público,
 828 trabalhos em grupo, produção de material audiovisual sobre os temas debatidos no evento. Considerando
 829 que a ideia primordial, é o nivelamento técnico na execução dos serviços socioassistenciais, privilegiar-se-
 830 á as atividades que discutam o desenvolvimento do cotidiano do CREAS, dando ênfase mais prática do
 831 que teórica aos temas, no sentido de instrumentalizar os operacionalizadores dos serviços.

832 **6. GRADE PROGRAMÁTICA**

833 **1º dia**

08:00hs	PALESTRA DE ABERTURA: Política Nacional de Assistência Social, SUAS e Legislações Pertinentes
10:00hs	Palestra: O SINASE e os Marcos Legais do Direito da Criança e do Adolescente
12:00 às 13:30 hs	almoço
13:30hs	Palestra: Novos Paradigmas de Família na sociedade contemporânea
15:30 às 16:00 hs	Coffee-break
16:00 hs	Palestra: Violências e Violações de Direitos
18:00 hs	Encerramento

834

835 **2º dia**

08:00 hs	Palestra: Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: Introdução e metodologias de ação – Serviço PAEFI
12:00 às 13:30 hs	almoço
13:30 hs	Palestra: Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: Introdução e metodologias de ação – Serviço de Abordagem e Pessoa em Situação de Rua
15:30 às 16:00 hs	Coffee-break
16:00 hs	Palestra: Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: introdução e metodologias de ação - Serviço para Pessoa com Deficiência e Idosa.
18:00 hs	Encerramento

836 **Obs. Apresentação de experiências municipais.**837 **3º dia**

08:00 hs	Conferência: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: Entre o sancionatório e o pedagógico
12:00 às 13:30 hs	almoço
13:30 hs	Palestra: Fases da Ação Socioeducativa em Programas de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
15:30 às 16:00 hs	Coffee-break
16:00 hs	Palestra: Fases da Ação Socioeducativa em Programas de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
18:00 hs	Encerramento

838

839 **4º dia**

08:00 hs	Oficina: O Plano Individualizado de Atendimento como instrumento metodológico na prática socioeducativa
10:00 hs	Oficina: Elaboração de Projeto Político Pedagógico para Programa de Medida Socioeducativa em Meio Aberto
12:00 às 13:30 hs	almoço
13:30 hs	Palestra: A Interface com o Poder Judiciário e Ministério Público
15:30 às 16:00 hs	Coffee-break
16:00 hs	Oficina: Fluxos e responsabilidades da rede de atendimento
16:00 hs 18:00 hs	Encerramento

840

841 **7. DOCENTES**

NOME DO DOCENTE	PALESTRA A SER MINISTRADA
Lenir aparecida Minardes da Silva Esther Luiza Lemos	Política Nacional de Assistência Social, SUAS e Legislações Pertinentes – Eixo de Proteção Social Especial

Márcio Berclaz	O SINASE e os Marcos Legais do Direito da Criança e do Adolescente
Denise Kopp Zugman	Novos Paradigmas de Família na sociedade contemporânea
Vera Lúcia Tieko Suguihiro	Violências e Violações de Direitos
Juliana Fernandes Telma Maranhão Equipe do CREAS do município de Cascavel	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: introdução e metodologias de ação – Serviço PAEFI
Juliana Fernandes Telma Maranhão Equipe do CREAS do município de Cascavel	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: introdução e metodologias de ação – Serviço de Abordagem e Pessoa em Situação de Rua
Deusina Lopes da Cruz Ana Luiza Iolanda (UEPG)	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: introdução e metodologias de ação - Serviço para Pessoa com Deficiência e Idosa
Glaziela Solfa	Fases da Ação Socioeducativa em Programas de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
Glaziela Solfa	Fases da Ação Socioeducativa em Programas de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
Tadeu Valverde	O Plano Individualizado de Atendimento como instrumento metodológico na prática socioeducativa
Aline Pedrosa Fioravante	Palestra: O Plano Individualizado de Atendimento como instrumento metodológico na prática socioeducativa
Tadeu Valverde	Elaboração de Projeto Político Pedagógico para Programa de Medida Socioeducativa em Meio Aberto
Fábio Brandão	A Interface com o Poder Judiciário e Ministério Público
Jeanny Rose Manccini de Oliveira Sandra Inês Dallagnol Hilario	Fluxos e responsabilidades da rede de atendimento

842

843 **8. PATAMAR FORMATIVO**

844 Capacitação para atender a Proteção Social Especial de Média Complexidade organiza a oferta de
845 serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e
846 operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento às famílias e aos
847 indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos. A Proteção Social Especial de
848 Média Complexidade requer acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado
849 com a rede local de serviços.

850 Em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constituem Unidades
851 de referência para a oferta de serviços especializados no âmbito da Proteção Social Especial de Média
852 Complexidade.

853 **9. NÚMERO DE VAGAS**

NUMEROS DE VAGAS	DIAS E HORARIOS
Foz do Iguaçu: 105 pessoas (Regionais de Foz do Iguaçu, Cascavel, Laranjeiras do Sul, Pato Branco, Toledo, Francisco Beltrão e Umuarama)	27 à 30/08/2012 das 8:00 às 18:00
Londrina: 135 (Regionais de Londrina, Paranavaí, Maringá, Jacarezinho, Campo Mourão, Ivaiporã, Cianorte, Cornélio	03 à 06/09/2012 das 8:00 às 18:00

Procópio, Apucarana e Pitanga)	
Curitiba: 160 pessoas (Regionais de Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Irati, União da Vitória e Paranaguá)	18 à 21/09/2012 das 8:00 às 18:00

854

855 **10. LOCAL DE REALIZAÇÃO**856 Macrorregiões de Londrina - (Regionais de Londrina, Paranaíba, Maringá, Jacarezinho, Campo
857 Mourão, Ivaiporã, Cianorte, Cornélio Procópio, Apucarana e Pitanga).858 Foz do Iguaçu Regionais de Foz do Iguaçu, Cascavel, Laranjeiras do Sul, Pato Branco, Toledo,
859 Francisco Beltrão e Umuarama).

860 Curitiba -Regionais de Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Irati, União da Vitória e Paranaguá).

861 **11. INSCRIÇÕES**

862 Macrorregião de Foz do Iguaçu 13 a 20 de agosto de 2012.

863 Macrorregião de Londrina 20 à 29 de agosto de 2012.

864 Macrorregião de Curitiba 03 a 12 de setembro de 2012.

865 As inscrições serão realizadas via Escola de governo.

866

867 **12. RESPONSÁVEIS/PARCEIROS**

PARCEIROS	
Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social	Certificados, bloco de anotação, caneta e pasta, divulgação, inscrições, hospedagem e alimentação.
	Palestrantes sobre as Política de Assistência Social e da Política da Criança e Adolescentes com ênfase: Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e Liberdade Cidadã.
	Técnicos da CPSE
Poder Judiciário	Palestrante
Ministério Público	Palestrante
MDS	Palestrante
Municípios Paranaenses	Apresentação de experiência
CEDCA – CEAS	

868

869 **13. Gestor do contrato/fiscal que acompanhará e atestará a nota fiscal:**

870 Mara Cristina Ferreira CPF 878.029.889-34

871

872

873 **14. AVALIAÇÃO**874 Avaliação por reação, onde será observado a participação e interação dos integrantes durante o curso e
875 será aplicado uma avaliação escrita.

876

877

878

879

880

881

882

883 **ANEXO II**
884 **PROJETO**
885 **CAPACITAÇÃO DAS MACRO REGIONAIS DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE**
886
887 **AGOSTO E SETEMBRO 2012**

889 **NOME DO CURSO:**

890 CAPACITAÇÃO DAS MACRO REGIONAIS DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

891

892

893 **2. OBJETIVO GERAL:**

894 Despertar a importância do pensar e agir intersetorialmente para a promoção social das famílias
895 em situação de vulnerabilidade e risco do Programa Família Paranaense.

896

897 **2.1 OBJETIVOS ESPECIFICOS:**

898 4) Acompanhar os encaminhamentos utilizados por cada comitê para implantação da metodologia
899 intersetorial do Programa Família Paranaense.

900 5) Perceber que por meio de ações intersetoriais será possível promover o acesso das famílias em
901 situação de vulnerabilidade às políticas públicas.

902 6) Perceber a importância do planejamento estratégico para realização das ações intersetoriais
903 desenvolvidas nos comitês do Programa Família Paranaense.

904

905

906 **3. JUSTIFICATIVA:**

907 O Programa Família Paranaense busca propiciar o acesso das famílias com alto índice de
908 vulnerabilidade social aos serviços públicos oferecidos pelos três níveis de governo – município, estado e
909 federação. Para alavancar as famílias em situação de vulnerabilidade social a uma condição de
910 protagonismo e autonomia, é necessário ofertar um conjunto de ações intersetoriais. Não há
911 possibilidade de superação de vulnerabilidades se não houver articulação entre setores e áreas.

912 A preocupação com a integração entre as diferentes áreas e o crescimento da intersetorialidade nas
913 políticas públicas começam a provocar o debate sobre a importância da articulação intersetorial, mas
914 este ainda é um grande desafio.

915

916 Isto requer maior integração entre as equipes técnicas. A qualidade desta interação interfere
917 diretamente na capacidade de gestão do Programa Família Paranaense.

918 Para que aconteça uma maior integração entre cada setor envolvido no Programa, se faz
919 necessário esta capacitação para que se desenvolva um olhar humanizador e estes serão os primeiros
920 passos de um processo contínuo de capacitação e qualificação e de amadurecimento de estratégias
921 intersetoriais do acompanhamento familiar.

922 Não temos dúvida de que, desta forma, estaremos contribuindo com a proposta de um novo
923 modelo de governar no Paraná, pautado no desenvolvimento das competências de gestão, da renovação
924 dos métodos de trabalho e das estruturas de governo voltada a resultados efetivos.

925

926

927 **4. PÚBLICO-ALVO:**

928 Servidores das Secretarias de Estado do Paraná e dos municípios contemplados com o Programa, nas três
929 modalidades sendo:

- 930 6) 6 participantes do Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS, sendo preferencialmente 1
931 representante governamental e outro não governamental por macroregional.
- 932 7) 20 participantes da Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense.
- 933 8) 92 participantes, sendo 4 representantes dos escritórios regionais das Secretarias de Estado
934 (SESA, SEED, COHAPAR, SEDS E SETS) envolvidas no Programa Família Paranaense.
- 935 9) 393 participantes, sendo 3 representantes das políticas públicas municipais envolvidas no
936 programa (saúde, educação, assistência social, trabalho e habitação).

937

938

939

5. METODOLOGIA:

940 Curso presencial, com palestra expositiva, relato de experiências e dinâmica do método TEvPE para
941 elaboração de planejamento estratégico.

942

943

944

6. GRADE PROGRAMÁTICA

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	PALESTRANTE	HORÁRIO
Abertura	Informes Gerais sobre a Capacitação	Unidade Técnica do Programa Família Paranaense	8:00 – 9:00
Estratégias de implantação do Programa Família Paranaense nas quatro esferas institucionais	Apresentação dos encaminhamentos utilizados pela Unidade Gestora Estadual e dos Comitês de gestão para a implantação da metodologia intersetorial do Programa Família Paranaense.	1Representante de cada comitê (4 representantes)	9:00 - 12:00
Palestra	A importância da intersetorialidade para a promoção do acesso às políticas públicas das famílias do Programa Família Paranaense	Denise Zugman	14:00 -15:45
Debate	A intersetorialidade: como fazer?	Denise Zugman (facilitadora)	16:00 – 18:00
Palestra e Dinâmica para apreensão do Método TEvPE para planejamento estratégico	Formação de Gestão de Projetos, que permite reconhecer o potencial de cada líder a desenvolver novas competências para planejar e realizar uma gestão eficaz com foco na intersetorialidade.	Escola de Planejamento HomoSapiens	09:00 -12:00 13:30 -17:30
Encerramento	Informes sobre as próximas etapas	Unidade Técnica do Programa Família Paranaense	17:30 – 18:00
TOTAL CARGA HORÁRIA : 16 HORAS (em 2 dias seguidos)			

945

946

7. PATAMAR FORMATIVO

947 Capacitação Introdutória para nivelamento do Programa Família Paranaense.

948

949

8. NÚMERO DE VAGAS POR MACRO REGIONAL: 160

950

951

09. LOCAL DE REALIZAÇÃO: 23/08/12 e 24/08/2012 – CASCAVEL

952

30/08/12 e 31/08/2012 – PONTA GROSSA

953

05/09/12 e 06/09/2012 – MARINGÁ

954

955

9.1 REGIONAIS DE ABRANGÊNCIA DAS MACROREGIONAIS

MACROREGIONAIS	REGIONAIS CONTEMPLADAS
CASCAVEL	CASCAVEL
	FOZ DO IGUAÇU
	TOLEDO
	FRANCISCO BELTRÃO
	PATO BRANCO
	LARANJEIRAS DO SUL
	GUARAPUAVA
PONTA GROSSA	PONTA GROSSA
	CORNÉLIO PROCÓPIO
	JACAREZINHO
	CURITIBA
	UNIÃO DA VITÓRIA
	IRATI
	PARANAGUÁ
MARINGÁ	MARINGÁ
	CAMPO MOURÃO
	PARANAVAI
	CIANORTE
	UMUARAMA
	IVAIPORÃ
	PITANGA
	LONDRINA
	APUCARANA

956

10. INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas através do site da Escola de Governo/SEAP.

957

958

959

960

11. RESPONSÁVEIS/PARCEIROS

O curso estará sob a responsabilidade da Unidade Técnica e Unidade Gestora Estadual do Programa

Família Paranaense da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social – SEDS.

963

1. PALESTRANTES

964

- **Denise Koop Zugman** (Graduada em Serviço Social e Especialista em Família pela PUC-PR. Professora Convidada da Pós-Graduação da FTSA – Faculdade Teológica Sul Americana – Londrina, nas especializações “Formação em Terapia de Casal e Família e Aconselhamento Familiar” e também no Instituto Tecnológico e Educacional de Curitiba – INTECNE, na especialização “Metodologia do Trabalho com a Família”.) Seu currículo condiz com a temática a ser abordada no Seminário, pois se refere à metodologia de trabalho intersetorial com a família, uma mudança paradigmática da atuação.

970

- **HomoSapiens – Escola de Planejamento** (Centro de Pesquisas que estuda maneiras de facilitar o diálogo entre as pessoas, O foco é a busca do eixo de conforto nos relacionamentos interpessoais através da organização dos eventos na linha do tempo. Isso permite uma rápida assimilação e resultados

972

973 imediatos na redução das dificuldades. A escola desenvolve metodologias para facilitar a organização dos
974 eventos, informações e recursos para a realização de projetos, aperfeiçoamento as ferramentas pré-
975 existentes para efetivar sua aplicabilidade, simplicidade e portabilidade.) A importância de tal abordagem
976 com os municípios e regionais justifica-se pela observação da Unidade Técnica frente a dificuldade dos
977 mesmos em planejar ações intersetoriais.

978

979

12. AVALIAÇÃO

980 A avaliação será realizada no evento através de formulário específico para isso do Programa Família
981 Paranaense.

982

983

13. RECURSOS

984 O Seminário será realizado conforme recurso aprovado pela licitação feita anteriormente e conforme
985 Decreto nº 5.246/2005 que versa sobre a contratação e o pagamento de palestrantes em eventos
986 estaduais.

987

988

989